



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
Colegiado do CURSO de CIÊNCIAS BIOLÓGICAS



PROJETO DE PESQUISA NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE ESTADUAL DE IBIPORÃ

TRILHAS ECOLÓGICAS COMO RECURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Orientanda: Leticia Francisca Pezzi Campanha
Orientadora: Patricia de Oliveira Rosa da Silva

INTRODUÇÃO

Diante dos inestimáveis danos ambientais causados pelos seres humanos nas últimas décadas, torna-se de fundamental importância que atividades de Educação Ambiental sejam intensificadas de modo a buscar a sensibilização da população para os problemas relacionados ao meio ambiente.

Corroborando com essa idéia, Grun (1996) adverte que a Educação Ambiental é, na atualidade uma necessidade inquestionável pelo fato de que não existe ambiente na sociedade moderna. As pessoas são educadas de forma teórica, e portanto distantes do ambiente natural.

Assim, além de reforçar a Educação Ambiental no ambiente escolar através da prática da interdisciplinaridade e da contextualização, deve-se praticá-la de maneira não formal, de modo que a população, das mais diversas faixas etárias e variados graus de instrução, após receber informações sobre meio ambiente, possa refletir a respeito de seu papel individual na conservação do mesmo.

As Unidades de Conservação são locais favoráveis para práticas de Educação Ambiental de caráter não formal, ou seja, fora do ambiente escolar. São nesses locais que as pessoas, de maioria residente no ambiente urbano, podem entrar em contato com o ambiente natural, e adquirir informações, através dos meios interpretativos utilizados, sobre as interações que ocorrem no ambiente natural e relações existentes entre sociedade e natureza.

A Lei n. 9.795/99, em seu artigo 13º define Educação Ambiental Não-Formal como:

Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

As trilhas interpretativas são um dos recursos que podem ser utilizados em práticas de Educação Ambiental de caráter não formal. “As trilhas são consideradas interpretativas quando seus recursos são traduzidos para os visitantes, relacionando

recursos, como as paisagens, a flora ou a fauna com os seres humanos” (MENGHINI; GUERRA, 2008, p. 5-6).

Dessa forma, ao ser considerado como parte integrante do ambiente natural, o indivíduo pode, com maior facilidade, refletir sobre suas responsabilidades no quesito preservação, e então buscar mudanças de atitudes em seu cotidiano.

Para que a atividade interpretativa se torne mais eficiente, de modo que possibilite essa tomada de consciência por parte das pessoas, Moreira (2008) propõe a realização de trilhas interpretativas conduzidas, visto que, durante a atividade, o condutor, fazendo o papel de intérprete, proporciona a vantagem do contato pessoal, a formulação de perguntas e um controle maior do comportamento do público no sentido de respeitar as regras de uso do ambiente natural.

É na busca de um maior respeito pela natureza e na tentativa de despertar na população a consciência ambiental, que o presente trabalho propõe a criação de uma trilha interpretativa conduzida no Parque Estadual de Ibiporã, de modo que durante a visita o indivíduo possa, através do discurso do guia, receber informações a respeito dos recursos naturais presentes no parque e sobre o seu papel na preservação do meio ambiente.

Este projeto é constituído por duas vertentes de pesquisa. Os dois primeiros objetivos serão cumpridos para o Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas – Bacharelado. O terceiro objetivo será cumprido para o Trabalho de Conclusão de Curso na Especialização em Ensino de Ciências Biológicas. Ambos cursos da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

JUSTIFICATIVA

De acordo com a gerente responsável pelo Parque Estadual de Ibiporã, a bióloga Janete Teixeira Costa, na área em questão não ocorre atividades de Educação Ambiental por meio de trilhas interpretativas. Assim, os visitantes do parque ao percorrerem a trilha, normalmente o fazem com objetivos de passeio e recreação.

Já no caso de visitas escolares, são os próprios professores os responsáveis pelas atividades interpretativas no interior da Unidade de Conservação.

Desse modo, na atualidade, durante a visita ao parque, as pessoas não adquirem informações mais específicas a respeito dos recursos naturais ali presentes; os quais são importantes do ponto de vista socioambiental e também histórico.

Como representantes de origem vegetal presentes no parque em questão, pode-se citar a peroba rosa (*Aspidosperma polyneuron*), considerada como espécie rara no estado do Paraná (IBAMA, 1995); o cedro (*Cedrela fissilis*), devido à grande utilização de sua madeira, além de diversas outras utilizações não exploratórias (ANGELI, 2005); a gabioba (*Campomanesia xanthocarpa*), cercada de mitos e curiosidades (GASPARI, 2010), entre outras plantas (IAP, 1988).

A fauna é representada por animais de pequeno porte como gambás, tatu-galinha e diversos roedores, os quais contam com uma fonte de água que nasce no interior do parque para sua sobrevivência.

A nascente constitui também um atrativo para atividades de Educação Ambiental, pois além do seu caráter estético que por si só, atrai a atenção dos visitantes, podendo-se buscar a sensibilização das pessoas a respeito da importância da preservação da água.

Levando-se em conta os recursos naturais citados acima, com a realização do trabalho busca-se responder às seguintes perguntas: Se a trilha tem 1,5 quilômetros de extensão, quais são os pontos interpretativos de maior atratividade, segundo o método Indicadores de Atratividade de Pontos Interpretativos (IAPI) ? Como ocorrerá a interação discursiva entre os escolares e o guia durante uma visita de campo?

OBJETIVOS

1. Caracterizar uma trilha interpretativa conduzida no Parque Estadual de Ibiporã, utilizando-se do percurso da trilha já existente no interior do mesmo, à luz do referencial teórico Indicadores de Atratividade de Pontos Interpretativos (IAPI).

2. Analisar a intensidade de cada indicador para o número de Pontos Interpretativos selecionados.

3. Analisar a interação discursiva entre a pesquisadora e os escolares no processo de atividade interpretativa.

METODOLOGIA

O estudo será realizado no Parque Estadual de Ibiporã, criado em 30 de abril de 1980 , com área de 74,05 ha e composto em sua maior parte por Floresta Estacional Semidecidual (IAP,1988).

O método a ser empregado na formulação das trilhas interpretativas é o de Indicadores de Atratividade de Pontos Interpretativos (IAPI) proposto por Magro e Freixêdas (1998), o qual é descrito em cinco fases:

Fase 1: Levantamento dos pontos potenciais para a interpretação: Percorre-se a trilha observando seus recursos naturais e culturais se estes estiverem visíveis. Selecionam-se então os pontos que serão utilizados na interpretação numerando-os em sequência com fitas que possam ser retiradas após a seleção final.

Fase 2: Levantamento e seleção de indicadores: Partindo-se dos pontos pré selecionados, realiza-se um levantamento dos recursos naturais visíveis para a escolha de “indicadores de atratividade”, os quais devem pautar-se na facilidade de identificação e na possibilidade de repetição desta avaliação por um segundo

observador. São considerados pontos atrativos locais com variedade de vegetação, relevo, proximidade de corpos de água, entre outros.

Fase 3: Elaboração da Ficha de Campo: Após a escolha dos indicadores a serem avaliados, elabora-se uma ficha de campo, com a qual deve-se buscar relacionar a ausência ou presença destes elementos em cada um dos pontos. A cada indicador é atribuído um peso de acordo com sua importância para a qualidade da visita na área.

Fase 4: Uso da Ficha de Campo: Tabela-se a intensidade dos recursos presentes no local, multiplicando tal valor pelo seu respectivo peso. Estes valores somados permitem chegar à pontuação final dos sítios.

Fase 5: Seleção Final: Os pontos interpretativos potenciais que obtiverem maior pontuação na ficha de campo devem ser selecionados de forma definitiva após uma checagem final em campo.

Para o registro dos recursos naturais, bem como para o levantamento dos recursos de maior atratividade, serão utilizados como instrumentos de coleta de dados a fotografia, e possivelmente, a filmagem.

A abordagem de pesquisa que será utilizada durante a execução do trabalho é a qualitativa. Desse modo não há a necessidade de comprovar uma teoria ou hipótese, apenas busca-se percepções para a natureza geral da questão estudada enquanto espaços são abertos para a interpretação.

As visitas na Unidade de Conservação em questão ocorrerão duas vezes por semana nos períodos compreendidos entre o terceiro e o quarto trimestre de 2013. No primeiro período buscar-se-á cumprir com exatidão todas as fases propostas pelo método IAP e, no segundo, ocorrerá a aplicação da trilha interpretativa planejada a grupos escolares de acordo com a capacidade de carga do parque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELI, Aline. **Identificação de espécies florestais: *Cedrela fissilis***.2005. Disponível em: <http://www.ipef.br/identificacao/cedrella.fissilis.asp>. Acesso em 18/03/12.

BRASIL. Decreto-lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1999.

GASPARI, Rodolfo Antônio de. **Gabirola**. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/gabirola/gabirola-7.php>. Acesso em 19/03/13.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. São Paulo: Papirus, 1996.

IAP. **Plano de manejo do Parque Estadual de Ibiporã**. Paraná,1988. Disponível em http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano_de_Manejo/PE_Ibipora/Plano_Manejo_PE_Ibipora.pdf acesso em 15/03/13.

IBAMA. **Lista oficial de espécies da flora ameaçadas de extinção do Paraná**: as mais visitadas em função do valor econômico. Junho de 2008. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Atividades/POP5_LISTA_OFICIAL_ESPECIES_EXTINCAO.pdf. Acesso em 15/03/13.

MAGRO, Teresa Cristina; FREIXÊDAS, Valéria Maradei. Trilhas: Como facilitar a seleção de pontos interpretativos.**Circular Técnica IPEF**, São Paulo, 1998, n.186, p. 4-10, set . 1998.

MENGHINI, Fernanda Barbosa; GUERRA, Antonio Fernando Silveira. **Trilhas interpretativas**: Caminhos para a Educação Ambiental. ANPESUL, Itajaí SC,2008. MOREIRA, Jasmine Cardozo. **Patrimônio geológico em unidades de conservação**: atividades interpretativas, educativas e geoturísticas.Florianópolis, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Florianópolis,2008.

